

Família Dart volta a receber dívida do Brasil

■ Governo paga os credores que não aceitaram acordo

GUSTAVO FREIRE

BRASÍLIA — O governo voltou a pagar normalmente os credores que se recusaram a participar do acordo de renegociação da dívida externa, firmado ano passado. Estão sendo beneficiados principalmente a família Dart, de empresários americanos, e o Banco do Brasil, que têm cerca de US\$ 2,7 bilhões dos US\$ 2,9 bilhões da dívida não renegociada com o governo brasileiro.

A medida teve como objetivo evitar que o nível de inadimplência do governo com os bancos privados internacionais passasse de US\$ 100 milhões, limite máximo para dívidas brasileiras em atraso, fixado na renegociação do ano passado.

“Estávamos próximos de atingir esse limite”, disse um técnico do Banco Central (BC). O descumprimento desse limite daria aos credores o direito de cobrar de uma vez só a dívida renegociada de US\$ 43,5 bilhões.

A medida causou estranheza ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que acha que a decisão prejudicará os credores que participaram do acordo do ano passado. “Amanhã (hoje), eu vou entrar com um requerimento de informações para saber se isto está acontecendo mesmo”, afirmou.

Os Dart e o Banco do Brasil estão recebendo integralmente juros e principal devidos pelo país. Os credores que assinaram o acordo só estão recebendo, no momento, o pagamento de juros e ainda tiveram que concordar com uma redução, em média, de 35% do valor da dívida.

Pagamentos — No total, o governo já pagou duas parcelas de principal e de 100% dos juros. A última foi desembolsada em 18 de setembro, quando estes credores receberam cerca de US\$ 29,3 milhões de principal e outros US\$ 110 milhões de juros. Até setembro do ano passado, o governo pagava apenas 50% dos juros devidos e nenhuma parcela do principal.

A equipe econômica argumenta que a medida não é um privilégio dado aos Dart. “Eles estão com uma batata quente”,

disse um economista do governo se referindo aos títulos da dívida não renegociadas — Multi-Year Deposit Facility Agreement (Mydfa). Esses títulos, segundo um técnico do BC, não têm mercado e não podem sequer serem usados nos leilões de privatização de empresas estatais.

Mico — Ao contrário, os bônus usados no acordo de 1994 têm grande liquidez e podem ser usados no programa de privatização sem deságio. “Em caso de moratória, esses papéis poderão ser transformados em dinheiro rapidamente”, disse um técnico. O mesmo não acontecerá com os Mydfa. “Eles ficariam com um mico”, comentou um economista do governo.

Pelo cronograma oficial, o governo teria que pagar a dívida com os Dart e o BB, que chega ao US\$ 2,7 bilhões, em parcelas semestrais até o ano 2.007. Mas, o governo quer encontrar uma forma negociada de fazer com que o Dart troquem seu títulos pelos novos bônus. “Queremos resolver esse problema antes de 2.007”, comentou um técnico.